

**Ata da 358ª Reunião Ordinária do Pleno do CES/SP de 24/11/2025.**

1  
2 Ao vigésimo quarto dia do mês de novembro de dois mil e vinte cinco foi realizado a trecentésima  
3 quinquagésima oitava reunião ordinária do Pleno do Conselho Estadual de Saúde, por meio  
4 Híbrido (eletrônico/presencial), com as seguintes **REPRESENTAÇÕES E PRESENCAS: I – PODER**  
5 **PÚBLICO – SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE:** Eudes Quintino de Oliveira Junior (Titular); Belfari  
6 Garcia Guiral (Suplente) – **II – PRESTADORES PRIVADOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE – ENTIDADES**  
7 **FILANTRÓPICAS** - Alfredo Joaquim de Lima (Titular) – **III – REPRESENTAÇÃO DOS PROFISSIONAIS**  
8 **DE SAÚDE – REPRESENTANTES DOS SINDICATOS DE TRABALHADORES NA ÁREA DA SAÚDE:**  
9 Adilton Dorival Leite (Suplente); Leandro Oliveira (Titular); Valdemir Vieira (Titular); Marcella  
10 Milano (Suplente) – **CONSELHOS DE FISCALIZAÇÃO DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL:** Waldecir de  
11 Paula Lima (Suplente); Carolina Jessica da Silva Salado (Suplente) – **ASSOCIAÇÃO DOS**  
12 **PROFISSIONAIS DE SAÚDE:** Haino Burmester (Titular); Sérgio Tamai (Suplente); Milton Massayuki  
13 Osaki (Suplente) – **IV – REPRESENTAÇÃO DOS USUÁRIOS – CENTRAIS SINDICAIS:** Valdeci Henrique  
14 da Silva (Suplente); Jonathan Faleiros (Suplente) – **ASSOCIAÇÕES DE PORTADORES DE**  
15 **PATOLOGIA:** Sheila Ventura Pereira (Suplente) – **ASSOCIAÇÕES DE PORTADORES DE DEFICÊNCIA:**  
16 Danilo Moretti Ferreira (Titular) – **MOVIMENTOS POPULARES DE SAÚDE:** Marileide Sousa Silva  
17 Luna (Titular); Dimitri Auad (Suplente); Maria Zélia de Brito Souza (Titular); Ledivan Lopes Seabra  
18 (Suplente); Tereza Aparecida Machado (Titular); Juraciara Fonseca dos Santos Morcillo (Titular) –  
19 **ASSOCIAÇÕES DE MORADORES:** Cirlene Souza Machado (Titular); Rubens Alves Pinheiro  
20 (Suplente) – **PROGRAMA OU MOVIMENTO RELIGIOSO DE DEFESA DA SAÚDE:** João Inácio Mildner  
21 (Titular); Jorge Luiz Nunes Florindo (Suplente) – **JUSTIFICARAM A AUSÊNCIA – UNIVERSIDADES**  
22 **DO ESTADO DE SÃO PAULO** – Maurício Etchebehere (Titular); Antonio Gonçalves de Oliveira Filho  
23 (Suplente) - **II – PRESTADORES PRIVADOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE: ENTIDADES FILANTRÓPICAS**  
24 – Alfredo Joaquim de Lima (Titular) - **III – REPRESENTAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DE SAÚDE –**  
25 **CONSELHOS DE FISCALIZAÇÃO DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL** – Viviani dos Santos Fontana  
26 (Titular) - **ASSOCIAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DE SAÚDE:** Dalila Viana de Freitas (Titular) – **IV –**  
27 **REPRESENTAÇÃO DOS USUÁRIOS – MOVIMENTOS POPULARES DE SAÚDE** – Dora Martins dos  
28 Santos (Suplente). – **AUSENTES** – **I – PODER PÚBLICO – SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE –**  
29 Ricardo Kerti Mangabeira Albernaz (Titular) - **SECRETÁRIOS MUNICIPAIS DE SAÚDE:** Michelle Luis  
30 Santos (Titular); Roberta Aparecida da Silva Meneghetti (Suplente); Elaine Cristina Toni Xavier  
31 (Suplente) – **UNIVERSIDADES DO ESTADO DE SÃO PAULO:** Carmen Silva Gabriel (Titular); Deisy de

32 Freitas Limas Ventura (Suplente) – **II – PRESTADORES PRIVADOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE –**  
33 **ENTIDADES COM FINS LUCRATIVOS:** Inaldo Rocha Leitão Filho (Titular) – **IV – REPRESENTAÇÃO**  
34 **DOS USUÁRIOS** – Maria Giuliana S. Lima dos Santos (Titular); José Osvaldo Pereira dos Santos  
35 (Suplente) – **ASSOCIAÇÕES DE PORTADORES DE PATOLOGIA** – Aline Oliveira Costa (Titular);  
36 Clarísia Viscardi Pereira (Suplente) - **ASSOCIAÇÕES DE DEFESA DE INTERESSE DA MULHER:** Ana  
37 Maria Martins Soares (Titular); Maria José Majô Jandreice (Suplente) – **ASSOCIAÇÕES OU**  
38 **MOVIMENTOS POPULARES DE DEFESA DO CONSUMIDOR:** Juliana Peneda Hasse (Titular); Maria  
39 José Majo Jandreice (Suplente). Após o restabelecimento do quórum, o Dr. Eudes dá as boas-vindas  
40 e inicia a reunião desejando um ótimo trabalho a todos. Dando prosseguimento ao expediente do  
41 dia passa para a aprovação da ata da reunião 356 de 29 de setembro de 2025. Em regime de votação  
42 e aprovada por 15 votos a favor, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. O conselheiro  
43 Belfari, sugere uma proposta de encaminhamento, para que o CES vote tudo que for necessário e  
44 se houver outros assuntos, solicitar a presidência no ritual, na formalidade, como todos, porém se  
45 atentar aos itens que foram definidos pelas comissões e aprovado pela mesa diretora. A conselheira  
46 Maria Zélia pede uma questão de ordem e solicita uma conversa sobre a questão da FURP, que foi  
47 notícia no Estado de São Paulo e sobre a fala técnica do senhor secretário sobre a intoxicação das  
48 pessoas com etanol, para orientar os equipamentos de saúde do Estado de São Paulo para fazer  
49 também um esclarecimento para a população e a fala do Ministério da Saúde. A conselheira Teresa  
50 também pede uma questão de ordem e fala a respeito da Web da SES sobre o IGM Paulista e que  
51 ficou muito contraditória em relação ao COSEMS, desacreditando todo o processo que foi feito  
52 entre o COSEMS e a Secretaria, que sempre foram parceiros, enfatiza ainda que desacreditou  
53 justamente a Mariana, que faz um trabalho na COFIN de excelência e menciona que participou da  
54 reunião da CIB onde esperava uma retratação, inclusive solicitada por Adriana, presidente do  
55 COSEMS, porém a Dra. Silvany não permitiu a fala da pessoa que foi desacreditada (Mariana),  
56 solicita um encaminhamento ao Dr. Eudes, que interceda junto ao Setor da SES, para que na  
57 próxima reunião da CIB, a Mariana tenha o direito de se manifestar e que haja uma retratação por  
58 parte da SES. O Dr. Eudes solicita que as duas últimas pretensões ofertadas pelas conselheiras, seja  
59 através de um ofício de encaminhamento para as devidas providências e ressalta que o pleito ele é  
60 correto, adequado e há realmente a necessidade da manifestação da Secretaria. O secretário  
61 executivo reforça a proposta do conselheiro Belfari que é a aprovação dos itens 1,2,3,5 e 6 e depois  
62 a indicação que é o item 4 e utiliza o restante da reunião para as colocações conselheiros. Em regime  
63 de votação os itens: **1**, que é a aprovação da recomendação do CES, intensificação das ações de

64 investigação da infecção latente da tuberculose, que é uma proposta da comissão de DST/HIV/Aids  
65 e Hepatites Virais; **item 2**, que é a aprovação da recomendação do CES sobre o dezembro vermelho,  
66 comemorando no dia 1 de dezembro, dia mundial da luta contra a Aids. Também uma proposta da  
67 comissão de DST/ HIV/ Aids, **item 3**, a indicação, a aprovação do Ricardo Aparecido de Moraes,  
68 psicólogo como membro convidado na comissão de DST/HIV/Aids e Hepatites virais; o **item 5**,  
69 que é a aprovação de uma moção de apoio ao fórum dos conselhos de atividade fim da área da  
70 saúde, em defesa da formação presencial nas profissões de saúde, que é uma proposta da comissão  
71 de comunicação, informação e educação permanente dos conselheiros e instituições da sociedade  
72 civil organizada e o **item 6**, que é aprovação da participação dos coordenadores titulares e adjunto  
73 da Comissão Intersetorial de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora, CISTT, tendo a Teresa  
74 Aparecida Machado e o Valdeci Henrique da Silva na oficina de regionalização da Rede Nacional  
75 de Saúde do Trabalhador, Renast, da lista de doenças relacionadas ao trabalho a LDRT, a vigilância  
76 dos processos produtivos e atenção integral à saúde do trabalhador e da trabalhadora da região  
77 Sudeste nos dias 12 e 13 de novembro de 25. Aprovados por 16 votos a favor, nenhum voto contrário  
78 e nenhuma abstenção. O outro item de pauta é a indicação e aprovação de um conselheiro de saúde  
79 como convidado permanente do Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional  
80 Sustentável, que é o Consea de São Paulo, para o biênio de 2025 a 2027. Com interesse dois  
81 representantes, a conselheira Maria Zélia, como titular e a conselheira Juraciara, como suplente no  
82 Conselho de Segunda alimentar - Consea. Em regime de votação e aprovada por 18 votos a favor,  
83 nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. A conselheira maria Zélia coloca que o Hospital Geral  
84 de Guarulhos, Mário Covas, recebeu um prêmio em primeiro lugar por captação de órgãos e toda a  
85 gestão disso e houve um processo de formação da Secretaria Estadual e não somente com aqueles  
86 trabalhadores, mas foi com outras pessoas também da cidade da urgência emergência, ressalta ainda  
87 que o mês de captação de órgãos para o Estado de São Paulo e que isso faz parte do SUS. O  
88 secretário executivo encerra o expediente do dia abrindo para algumas discussões conforme o  
89 proposto pelo conselheiro Belfari, com relação às políticas de saúde do Estado de São Paulo.  
90 **Conselheiro Ledivan** coloca a preocupação com a desapropriação da FURP, que isso já foi tentado  
91 em 2022 sem sucesso, menciona o Hospital Infantil Darcy Vargas prossegue falando que o senhor  
92 governador, novamente colocou a FURP a prêmio, jogando-a dentro do Instituto Butantã, e na sua  
93 opinião não tem condições de abranger a FURP e solicita aos conselheiros que tratem esse assunto  
94 com carinho, porque é muito grave essa desapropriação, que se tratando da FURP, é um dos maiores  
95 laboratórios da América Latina, que mais produz remédios gratuito, não só para o Estado de São  
96 Paulo, mas para vários Estados e remédios de suma importância na grade do SUS e comenta ainda

97 a sobre o metanol e que a Secretaria do Estado de Saúde criou um comitê, um gabinete de urgência,  
98 de emergência para apurar os fatos e solicita informações a respeito; outro assunto é sobre a  
99 privatização da Sabesp, a água de péssima qualidade e que água também é assunto do conselho,  
100 porque a lei 141, artigo 4º fala de saneamento básico e precisam de informações sobre a qualidade  
101 da água, e respostas da Secretaria da Saúde, pois é uma questão de saúde pública. **Conselheira**  
102 **Sheila** solicita mais informações sobre a questão da regulação de vagas, principalmente na questão  
103 de cirurgias, próteses, e a questão das privatizações de hospitais, inclusive de fechamentos de  
104 hospitais o Hospital Bela Vista, que causou um grande impacto aqui na população, na nessa  
105 expectativa de abrir outro. Outro ponto de pauta é a questão da CONEP que está em fase de  
106 transição, e mudando de pasta ela tira a participação do usuário, porque a luta das pessoas com  
107 patologias é que todos os participantes de pesquisa tenham segurança, tanto a ética quanto a  
108 participação da pesquisa, enfim, com essa troca de responsabilidade, está vindo muito pouca  
109 informação sobre como que vai continuar. Até mesmo os comitês de ética em pesquisa estão em  
110 dúvida de como será esse novo funcionamento de responsabilidade O que que acontece? tá tirando  
111 a responsabilidade, esclarece ainda que o comitê de ética e pesquisa sempre foi dentro do Ministério  
112 da Saúde e há grande preocupação com esse retrocesso e se coloca à disposição para compartilhar  
113 toda a documentação que está sendo disponibilizada pelos comitês de ética em pesquisa. E a outra  
114 questão é que enquanto representante das pessoas com patologias e representando a população  
115 negra, e que está terminando seu mandato e deixar para quem permanecer que continue com esse  
116 olhar para a importância da implementação da política nacional de atenção integral. a saúde da  
117 população negra, principalmente alguns municípios sem o apoio da Secretaria de Estado.  
118 **Conselheiro Dimitri**, comunica que o GT de revisão do regimento interno se reunirá dia 4 de  
119 novembro para fechamento da minuta e uma vez fechada, será encaminhado para conhecimento  
120 prévio dos conselheiros e conselheiras e a previsão é que a minuta da revisão entre na ordem do dia  
121 da próxima reunião do conselho e para a aprovação do pretenso novo regimento interno, teremos  
122 um desafio relevante aos integrantes do conselho, enfim, para aprovação é requerido 2/3 de votantes  
123 (votantes), ou seja, são 20 pessoas, 20 conselheiros que terão que estar na condição de titulares.  
124 Requer ainda que delibere uma reunião extraordinária para a apresentação ao conselho do projeto  
125 em curso referente ao pretenso fechamento ou novo arranjo da FURP. **Conselheiro Walter**, coloca  
126 que esteve em Rio Preto na DRS 15 e pediram para que ele levasse ao Pleno as questões sobre certas  
127 licitações, a falta de exames e consultas especializadas, muita falta naquela região e questiona como  
128 fazer para que ande a fila de exames e consultas especializada? pois tem pessoas que saem das suas  
129 casas para outras cidades 5 horas da manhã com exame agendado para as 2 horas da tarde, etc.

130 solicita para olhar mais para essas questões, para que o paciente possa fazer seus exames e consultas  
131 dentro de seu município e outra questão é que com o advento das OSS's está acontecendo muita  
132 troca nas OS por causa de problemas estruturais, de documentação e de falta do plano de trabalho  
133 não colocado em evidência, ou seja, quando troca um médico ele pede todos os exames novamente  
134 e o paciente volta para o final da fila e pede que o secretário de saúde vá para aquela região e  
135 principalmente da cidade de Rio Preto, e olhar também para todo o Estado de São Paulo.  
136 Conselheiro Rubens que está de acordo com a questão da FURP levantada pelo conselheiro Ledivan,  
137 pois também reafirma que são questionados nas regiões e não tem essas informações. Afirmo que a  
138 luta é correta, pois ficam sem o conhecimento do que acontece e isso é muito ruim e menciona o  
139 regimento e as discussões sobre políticas de saúde e se o governo toma as atitudes sem consultar os  
140 devidos ou sem participar ou abrir uma discussão com os devidos setores, fica complicado ter  
141 qualquer ideia, pois a proposta poderia ser positiva e outras considerações e reitera a solicitação da  
142 reunião extraordinária e colocar mais duas outras questões sendo a primeira a quantidade enorme  
143 de denúncias a respeito de mau funcionamento de hospitais, inclusive a última foi de Peruíbe, falta  
144 de insulina, etc. e afirma que tem recebido muitas reclamações de hospitais estaduais, municipal e  
145 repassa para o conselheiro municipal, mas estaduais ficam engessados, pois não conseguem discutir  
146 o que acontece com a rede hospitalar. Coloca ainda que por três vezes a reunião foi adiada e está  
147 aguardando que essa reunião saia o mais breve possível, pois são muitas as reclamações e que  
148 solicitou a secretaria executiva como proposta para a nova gestão que os coordenadores realizem  
149 suas reuniões com conteúdo, tendo em vista que para fazer políticas públicas é necessário  
150 informações de todas as comissões e enfatiza que da maneira que está acontecendo hoje impede o  
151 seu trabalho como conselheiro, faz mais algumas considerações a respeito da autorização para  
152 “fiscalizar” os hospitais, dos casos de emergência que acontece nos hospitais, e reclamações sobre  
153 falta de medicamentos, etc., informa que participou em três em três eventos, e dois eventos tinha  
154 sido autorizado pelo CES e que em um deles a conselheira Marcella participou e tem condições de  
155 relatar melhor que este também no Rio de Janeiro e que participou da saúde da população negra e  
156 informa a sua participação na política estadual da regionalização da saúde. E que sentiu falta da  
157 participação da sociedade civil, pois são questões importantes que estamos sendo debatidas e foi  
158 informado os conselhos são importantes, mas não estavam participando nesse momento e informa  
159 ainda sobre os dois relatórios da saúde da população negra que foi em Botucatu, que foi um  
160 seminário muito importante, deixa os documentos a disposição de todos os conselheiros.  
161 Conselheira Marileide que ratifica as falas sobre a FURP e é a favor da discussão da questão dos  
162 hospitais e faz um relato sobre um hospital de portas fechadas para um atendimento de emergência

163 no dia 12 de outubro e outro ponto é a questão da regulação x Cross, que é necessário a prefeitura  
164 dialogar com o Estado e a questão da regionalização, como esta questão deve ser amplamente  
165 debatida não só com o conselho, mas com toda a população. Conselheira Maria Zélia. que começa  
166 colocando a questão da COP 30 e questiona quem estará presente, se a Secretaria Estadual de Saúde,  
167 Ministério da Saúde, e os municípios? E que tem um plano de ação climática até 2050, que tem um  
168 grupo de trabalho etc. E que é preciso colocar essas questões dentro da política pública que o  
169 conselheiro Rubens coloca, fala ainda que com o calor as pessoas serão socorridas nos equipamentos  
170 de saúde público de urgência e emergência, e uma questão para encaminhamento, quais são os  
171 trabalhos que têm sido desenvolvidos no Estado de São Paulo com os municípios sobre isso?  
172 Quantos hospitais autossustentável dentro do projeto geral tem hoje no Estado de São Paulo? Quer  
173 saber se tem alguém da Secretaria de Saúde que irá para COP 30 e pede para incluir os conselheiros  
174 e que o governo do Estado de São Paulo pode fazer uma bancada de conselheiros usuários e levando  
175 em consideração o plano de ação para as mudanças climáticas e sustentabilidade; faz mais algumas  
176 considerações sobre a questão das doenças da população da saúde negra e sobre o outubro rosa  
177 (câncer de mama, ginecológico) e propõe que no ano que vem pensar na apresentação de dados do  
178 ano de 2025. Comenta ainda sobre as especialidades. Quantos municípios encaminharam a  
179 Secretaria Estadual de Saúde a sua lista de especialidades? Faz ainda mais algumas considerações  
180 á respeito da falta da apresentação de dados sobre a água contaminada no Estado de São Paulo e  
181 essa é uma questão de encaminhamento., e concorda com a discussão sobre a FURP que é uma  
182 questão muito séria e solicita uma reunião com o secretário de saúde para uma explicação para o  
183 CES e faz outra proposta sobre a COP 30, que precisa envolver o gabinete GGIM que tem no Estado  
184 de São Paulo e que tem nos municípios onde tem aeroportos, é importante unir forças, pois é no  
185 gabinete que estão todas as forças de segurança, coloca ainda a questão do CONEP, faz algumas  
186 considerações e argumenta que o CES precisa fazer uma discussão urgente, com o Conselho  
187 Nacional, com o Ministério da Saúde, para entender tudo isso. Conselheiro Ledivan solicita  
188 esclarecimento, sobre a situação do Hospital Mário Covas, que não está realizando angiologia  
189 cerebral, angiologia vascular, cateterismo e drenagem biliar. São quatro patologias de grande  
190 importância e que é referência desse hospital, segundo a informação, é preciso saber o porquê e o  
191 que está faltando nesse hospital, entre outras questões e no que diz respeito ao Hospital Emílio  
192 Ribas, pois tem funcionários sem receber há mais de 50 dias, obras inacabadas e outras  
193 irregularidades. Conselheiro Belfari, coloca que o exercício realizado nesta data, foi de extrema  
194 importância e ressalta que alguns assuntos são mais urgentes e outros menos, mas também de igual  
195 importância, fala sobre a questão do pedido de um pleno extraordinário, e esclarece que a mesa

196 diretora, que são quatro pessoas e que o Dr. Eudes, presidente, coordenador, sempre apoiou toda a  
197 necessidade deste conselho, e assim que chegam as necessidades, a mesa se pronuncia e o presidente  
198 se pronunciam e faz. Esclarece ainda que cerca de dois meses a questão da FURP estava na mídia  
199 e nos jornais e nenhum conselheiro se sentiu motivado. E explica o que aparecia na mídia era o  
200 Butantã juntando com o Instituto Butantã, para fortalecer a produção de medicamentos e enfatiza  
201 que tem algumas situações que já foram ditas e inclusive foram enviadas respostas por e-mail e que  
202 a literatura fala, mas é preciso comprovar as vezes, que existem dois tipos de conselho, o conselho  
203 de vocalização, que é o que foi feito, e o conselho estruturante, que não adianta ficar jogando a bola  
204 um para o outro, pois vai ficar só na vocalização e se tem um fluxo, tem que ter um encaminhamento  
205 e para isso se usa as comissões e volta a solicitar que provoquem a mesa diretora para interceder  
206 junto as comissões para fortalecer as discussões e incentiva que não deixem esses os assuntos  
207 discutidos escaparem, mas que tem um caminho para não se perder, enfatizam ainda que as falas  
208 foram importantíssima, para dar encaminhamento e formalizar, tem que provocar e a Secretaria da  
209 Saúde sempre se propõe a ser o mais transparente possível, e que as respostas virão e que a riqueza  
210 do conselho está nessa discussão, fortalecer inclusive a secretaria, que com a participação social é  
211 muito mais forte. O secretário executivo informa que as questões que o Dr. Eudes colocou no início  
212 da reunião serve para todas as outras questões, para a questão da intoxicação pelo metanol, a questão  
213 do IGM, a questão da água, a questão da regulação e a questão do CONEP. Diante do exposto se  
214 compromete a disparar alguns ofícios solicitando as informações. A conselheira Sheila colocou as  
215 informações que ela tem sobre a questão do CONEP, no grupo dos coordenadores e depois será  
216 repassado para todos e o conselheiro Belfari lembra que o CONEP é de responsabilidade do  
217 Conselho Nacional. O secretário executivo retoma esclarecendo que tanto os conselheiros e a  
218 secretaria executiva precisam apropriar de algumas questões e esclarece que existe uma cesta de  
219 medicações que é de responsabilidade do Município, uma cesta de medicações que é de  
220 responsabilidade do Estado e uma cesta de medicação que é de responsabilidade do Governo  
221 Federal. A insulina é repassada pelo governo federal e ele não está repassando. Por isso que está em  
222 falta não só em Peruíbe, mas em São Paulo, e no Brasil inteiro, inclusive não tem disponível para  
223 compra, nas farmácias comuns e irá verificar junto assistência farmacêutica, porque inclusive pode  
224 ser um problema de fabricação de algum insumo, de alguma questão que está impedindo a  
225 fabricação e liberação. Em relação as denúncias de hospitais, tem dois caminhos, o primeiro  
226 caminho é orientar o denunciante ou o manifestante que registre a sua manifestação na ouvidoria  
227 do Estado ou se for do município, na ouvidoria do município, porque demandas individuais quem  
228 trata é ouvidoria, e os conselheiros devem discutir na comissão, pois tem a comissão de gestão de

229 serviços de saúde, que é específica para essa discussão e para todos os hospitais do Estado de São  
230 Paulo e com relação ao Hospital Mario Covas, esclarece que quando da discussão e análise do  
231 primeiro RDQA e da PAS, o Conselheiro Dimitri fez vários questionamentos com relação a este  
232 hospital e a CGCSS, que é a Coordenadoria de Gestão de Contratos de Serviços de Saúde, respondeu  
233 a todos os questionamentos sendo encaminhado por Email para todos os conselheiros e entende que  
234 se não há nenhum questionamento é porque todos se sentiram contemplados. Conselheiro Rubens,  
235 esclarece que o conselheiro não pode e não deve ficar se abastecendo de informações via jornais,  
236 ou qualquer outro elemento, porque tem que separar política pública de saúde de política partidária  
237 e enquanto conselheiro toma os devidos cuidados para fazer seu trabalho. como conselheiro e por  
238 isso que vai buscar essencialmente as informações corretas e essas informações estão no CES, mas  
239 tem coisa que não chega, então não dá para captar qualquer informação e considera que a gestão,  
240 tem o total interesse na opinião e no trabalho dos conselheiros para executar as suas tarefas e faz  
241 mais algumas considerações e enfatiza que chega informação demais que eles não conseguem  
242 classificar e processar tudo. Conselheiro Dimitri, coloca que em relação a COP 30 aproveita para  
243 informar que também tem um encaminhamento, esclarece que participou da primeira e única  
244 conferência nacional de clima e explica que os dramas advindos dos eventos extremos climáticos  
245 não é restrito à saúde, as altas temperaturas, não impactaram nas pessoas mais vulneráveis, idosos  
246 e crianças, mas também os trabalhadores externos, e a questão da zoonose e arbovirose, aumento  
247 da população de insetos, as consequências a Aegypt e tantas outras, altas temperatura, liberam  
248 também a proliferação de pragas na agricultura e a preocupação é que seja por praga ou pela própria  
249 temperatura, inviabilizará em determinadas regiões ou biomas, acenando para um cenário de  
250 insegurança alimentar. E insegurança alimentar é gerador também de doenças e agravos de doenças,  
251 tem também a questão de enchentes, inundações e ressacas e sobre água, o tratamento para  
252 abastecimento, não contempla a eliminação dos inorgânicos, somente dos orgânicos. Isso quer dizer  
253 que a água que se recebe, está tomada de químicos e minerais que estão ingerindo, seja o que  
254 chamam de traços ou sinais de antibiótico, psicotrópicos, anticoncepcionais e tantos outros e reforça  
255 a gravidade tanto da questão ambiental e climática na saúde humana, e sobre a proposta que fez  
256 de uma reunião extraordinária FURP, se apoiou no artigo 19 estabelecido no e reitera sua proposta  
257 de uma reunião extraordinária para discutir a questão da FURP, porque é uma indústria que abastece  
258 3.200 municípios no Brasil. A Conselheira Maria Zélia, considera também que a informação correta  
259 tem que partir do CES , espera que o Conselho de Américo Brasiliense e a Casa Parlamentar se  
260 posicione com relação a isso e a segunda é a questão da FURP e defende que os conselhos devem  
261 ser de decisão, de avaliação da política pública. Menciona ainda um documento do COSEMS onde

262 o próprio o Conselho Nacional faz alguns alertas sobre os municípios que estavam sendo  
263 investigados suas contas da saúde e pedindo que os conselheiros que não aprovassem as contas  
264 desses prefeitos, coloca ainda que os conselheiros devem priorizar as responsabilidades e faz mais  
265 algumas considerações a respeito da questão climática e das doenças por dengue, entre outras e  
266 ressalta que são questões para reflexão e para debate. O conselheiro Walter fala da falta de  
267 comunicação das RRAS junto ao conselho, coloca ainda que orienta para encaminharem as suas  
268 reivindicações a secretaria executiva do conselho que enviará para as comissões pertinentes e  
269 posteriormente a Secretaria Estadual de Saúde e faz considerações a respeito das farmácias a de alto  
270 custo de sua região. Conselheiro Ledivan, esclarece que não encontrou nada no regimento que  
271 impeça os conselheiros fiscalizar sem autorização, enfatiza que respeita a mesa diretora e colegiado,  
272 mas não tem como o munícipe procurá-los e responderem que "Não posso ir até o hospital porque  
273 eu sou vetado, preciso de autorização", coloca ainda que informa ainda que o hospital do Ipiranga,  
274 continua do mesmo jeito e em Taboão da Serra entrou com representação, denunciou, e pediu o  
275 cancelamento da última eleição Conselho Municipal Taboão da Serra porque não teve paridade, não  
276 teve divulgação, etc...O conselheiro Leandro enquanto mesa diretora se sente incomodado e  
277 esclarece que os assuntos que vem para a mesa diretora são discutidos e se tem demanda que precisa  
278 de autorização é passado pelo Pleno para votação. Conselheiro Padre João é de opinião que o debate  
279 está bom, mas que está na hora de amarrar de fato o que querem, o secretário executivo esclarece  
280 que já tem os encaminhamentos e explica que no regimento diz que "A reunião extraordinária pode  
281 ser convocada pelo presidente, pode ser convocada, aprovada no pleno e que há consenso do CES  
282 da reunião extraordinária." Então, a reunião extraordinária com relação à FUP já está aprovada. Os  
283 outros itens apresentados é seguirá a orientação que do presidente de fazer ofício para as áreas.  
284 Conselheiro Danilo que coloca que o debate é fundamental e pede à mesa diretora que nunca mais  
285 cancele uma reunião de pleno por falta de pauta e sugere que coloque na pauta discussão da saúde  
286 e respondendo ao conselheiro Belfari, que o Conselho Nacional de Pesquisa em Ética e Saúde é um  
287 conselho dos mais importantes que existe para regularizar a pesquisa no país com pacientes, ele que  
288 representa e que controla todos os conselhos de saúde, de pesquisa em saúde com seres humanos  
289 do Estado. A partir do momento que se destrói o CONEP, que é um dos entes mais importantes que  
290 segura a pesquisa no Brasil, estão entregando de mão beijada para a indústria farmacêutica e que  
291 um dos problemas principais é quando termina uma pesquisa e o remédio foi bom, todos os  
292 pacientes que participaram da pesquisa perde o direito de receber o remédio e até o remédio ser  
293 aprovado pela ANVISA chegar no serviço público o paciente morre, mas não ganha mais o produto.  
294 É de opinião que o CES tem que debater e se manifestar com uma nota de repúdio sobre o que está

295 acontecendo com CONEP e faz mais algumas considerações a respeito da situação das doenças no  
296 Nordeste e da situação dos direitos das mães que receberam os atrasados e a suspensão da relação  
297 a transporte gratuito, aluguel social etc. Conselheira Marileide e coloca sua opinião ao que foi  
298 discutido em relação a insulina, ouvidoria, etc., é de opinião que o CES tem que ter uma ação  
299 interventiva e averiguar o porquê e outro ponto é que o conselho também tem que ter um canal para  
300 dar um feedback para o usuário e com relação as visitas técnicas coloca a sua abordagem nos locais  
301 onde tem algum questionamento, vai até o local, verifica tudo, vai conversar com a direção e aponta,  
302 relata, e documenta tudo, conversa com a administração, depois traz para o conselho, pois o CES  
303 tem que ter ações preventivas e interventivas. Conselheiro Belfari coloca que foram ditas várias  
304 coisas lhe dando o direito de resposta e enfatiza que cada um que ouve interpreta de um jeito e que  
305 jamais falou que era para assistir TV para trazer para o CES mas sim que qualquer reportagem que  
306 chegue até o CES, seja por um denunciante, por uma solicitação de esclarecimento, via jornal, rádio,  
307 TV, qualquer mídia, o CES tem obrigação de se apropriar e querer entendeu o que está acontecendo  
308 e foi exatamente isso que quis dizer. E outra questão, é que o CES não é cartorário, cartorária é a  
309 secretaria executiva que os auxilia com todas as questões e quando eu pede para que documentem,  
310 é para fortalecer as comissões, porque o CES não tem comissões fortalecidas para trazer assuntos  
311 para a pauta, que vão tornar o conselho que tantos outros comentaram nesta data, que não funcionam  
312 e isto o frustraria imensamente, porque está há mais de 20 anos pela participação da comunidade,  
313 defendendo a participação social como trabalhador, usuário e gestor e é obrigado a ouvir isso, e  
314 termina dizendo para o CES trabalhar para uma participação social mais adequada. Conselheiro  
315 Valdeci é de opinião que precisam aproveitar esses momentos com base técnica e com informações  
316 alicerçadas em verdade, em questões técnicas, informa que por 4 anos eu foi presidente de um  
317 comitê de ética e pesquisa, e tenho um certo conhecimento sobre isso. O que acontece em relação  
318 ao CONEP a CPS e o CEPS, que são os conselhos de ética e pesquisa, e que houve uma lei,  
319 promulgada em 2024 e um decreto expedido em dia 14 ou 15 de outubro, o que que foi instituído  
320 por essa lei figura do que eles chamam de Instituto Nacional de Ética e Pesquisa. Os conselhos de  
321 Ética e Pesquisa, continuam. A lei prevê isso. Concorda com o que o conselheiro comentou em  
322 relação ao perigo, a lei deixa umas brechas para fortalecer alguns interesses de alguns segmentos,  
323 principalmente o segmento da indústria farmacêutica e tem que tomar cuidado com algumas falas,  
324 porque realmente a lei ampliou algumas possibilidades em relação à ética em pesquisa no país. O  
325 CONEP, ficou realmente enfraquecido em relação a constituição de um outro ator nessa história,  
326 que é o tal do Instituto Nacional de Ética e Pesquisa. A composição é com 33 conselheiros, que a  
327 lei prevê isso e o decreto diz quais são os segmentos que esses 33 conselheiros vão representar, e

328 diante disso vale a pena o debate e que o Conselho Estadual de Saúde pode se posicionar, mas tem  
329 que primeiro ler a lei, o decreto para poder ter uma ideia mais geral e se for de consenso deliberado  
330 no Pleno e o Conselho Estadual de Saúde de São Paulo emitiu uma nota de repúdio e o mais  
331 importante é poder realmente tomar uma posição enquanto conselho, uma posição responsável e  
332 esclarece que só está fazendo uma observação no sentido de que caso entendam que esse seja um  
333 ponto importante, que se faça uma discussão baseada realmente numa leitura prévia para que as  
334 pessoas entendam realmente o que está acontecendo. O secretário executivo sugere fazer a discussão  
335 nas comissões em novembro, tanto na comissão de políticas como na comissão de comunicação,  
336 informação e educação permanente possa ser discutido a Lei do CONEP. O conselheiro Valdeci  
337 coloca ainda que não propôs moção, mas se caminharem por esse caminho precisam ter substâncias  
338 para poder realmente desenvolver essa moção. O secretário executivo informa que irão fazer na  
339 comissão de comunicação e educação e passa a palavra para o Dr. Eudes para as considerações  
340 finais e encerrar a reunião. O Dr. Eudes esclarece que é muito interessante a preocupação do  
341 conselho com o sistema CEPS CONEP e que esse sistema ingressou no Brasil em 1996 por uma  
342 resolução do Conselho Nacional de Saúde número 196/96. Essa resolução foi progredindo e foi  
343 substituída, alterada por uma outra Resolução que é a 466/2012 e sequencialmente uma outra  
344 Resolução ainda, número 5105. Um breve relato. A preocupação do conselho é justa, é coerente,  
345 porque o conselho integra o sistema CEP CONEP. Ele é integrante, ele é participativo e com essa  
346 mudança que ocorreu agora, com essa recente lei que foi promulgada o ano passado e agora com o  
347 decreto de dia 14 de outubro, houve uma alteração muito grande. O sistema CONEP praticamente  
348 ruiu e o CEP não. O CEP continua na sua integridade, mas acontece que a CONEP que fazia, o  
349 segundo grau de avaliação, já não tem mais essa competência e passou para o Ministério da Saúde.  
350 Esta lei é ténue, sutil, e permite interpretações mais amplas, abrangentes, e isso vai trazer benefício  
351 a Indústria de fármacos. E o prejuízo para o participante de pesquisa. É esta que é a atuação do  
352 conselho, é zelar, tutelar o participante de pesquisa para que todos os seus direitos sejam  
353 resguardados, para que ele saiba o comprometimento que tem com aquela pesquisa e pode a  
354 qualquer tempo também abandonar a pesquisa. E se ficou até o final dessa pesquisa e o medicamento  
355 foi exitoso, significa que tem que receber o medicamento. É o cúmulo do absurdo você usar a  
356 pessoa. Isto é o a verdadeira cobaia. É de opinião que teria que ser feito realmente uma manifestação  
357 do conselho, mas no sentido de prestigiar e tutelar com maior cautela os participantes de pesquisa  
358 e que a comissão pode fazer até um estudo mais detalhado da lei e fazer aí um relato mandando para  
359 que eles possam apreciar. O conselheiro Danilo enfatiza que essa lei passa a ser inconstitucional,  
360 por isso que vai entrar agora em julgamento, estão sendo feitas simplesmente porque ela quebra

361 com a parte de Relsic e sim o Brasil é signatário do Conselho de Ética Mundial e isso é prerrogativa  
362 do país e isso o nosso Congresso aprovou e por isso que está no Congresso. Agora houve uma  
363 mudança, mas indo contra a parte internacional. E aí o o Congresso, o Supremo vai ser chamado a  
364 interpretar isso, porque é exatamente isso, é de tirar o indivíduo o direito de manter-se com a  
365 medicação depois que ela foi favorável, inclusive, não é só para o paciente, até aqueles que  
366 tomaram, placebo passam a ter o direito. Os Estados Unidos é o único país no mundo que não  
367 assinou Relsic e finaliza depois de algumas considerações sobre a lei. O conselheiro Dimitri propõe  
368 um GT dentro das comissões para tratar do assunto CONEP e a Lei e convidar o conselheiro Valdeci  
369 e o conselheiro Danilo e o Dr. Eudes. Conselheira Juraciara informa que é sobre a questão do  
370 CONEP que participou da elaboração da portaria 510 em 2015, e que foi em um congresso  
371 internacional que em Atibaia e participou por 10 anos de um comitê de ética. Enfatiza que tem  
372 conhecimento para ajudar e que realmente é preciso apoiar o CONEP. O Dr. Eudes coloca que  
373 muitas questões que levantadas são de relevantes e sempre passa para os secretários, faz uma  
374 listagem daquilo que foi discutido na reunião e esclarece ainda que o secretario muito interesse em  
375 saber o pensamento do conselho. Ele não toma nenhuma decisão sem antes perguntar "Olha, esse  
376 assunto foi abordado no conselho, qual que é a opinião do conselho?" e acontece que tem muitas  
377 ações que já foram tomadas pela secretaria em razão dos assuntos levantados pelo CES e  
378 diretamente, há uma participação muito grande da secretaria que vê o conselho, não só companheiro,  
379 mas um órgão de interveniência adesiva obrigatória, significa que ele faz parte da gestão pública no  
380 caso de saúde, que levará os assuntos que foram abordados no CES e ressalta que quando tem um  
381 conselho, ele forma um grupo coeso e vai apresentar a sua manifestação. E finalmente terminando,  
382 uma outra situação também que foi debatida com relação a reclamações, fiscalizações de hospitais,  
383 na função de legítimo, de parte legítima que é o conselheiro, para fazer esse tipo de atuação e  
384 aconselha a averiguação formal do fato, que geralmente é uma denúncia, ela tem que ser feita pela  
385 secretaria. Então, qual que é o caminho? é a Ouvidoria Geral do SUS que tem na secretaria, é ela  
386 que recebe todas as denúncias, inclusive denúncias anônimas, que é direito do cidadão e apontar ali  
387 qual é o problema que ele está vislumbrando na área da saúde. Se o hospital tal não está atendendo  
388 tais especialidades. A secretaria vai seguir o caminho formal, que é o caminho natural de utilizar a  
389 ouvidoria. E aí tem uma tramitação interna pelos órgãos técnicos. A pessoa vai receber a resposta  
390 da secretaria, se ela se identificar, então a secretaria é obrigada a informá-la a respeito daquele pleito  
391 que ela fez, o conselho não pode ter ouvidoria, ele pode ser um canal de escuta e encaminhar para  
392 ouvidoria. A conselheira Maria Zélia, coloca que é de opinião que sobre o CONEP, precisa ser  
393 criado, um grupo pequeno, para recuperar toda essa documentação Ministério da Saúde, pegar o

394 que está no Congresso, pedir ao Conselho Nacional qual o posicionamento e ter um relatório sucinto  
395 do que foi que aconteceu das datas que o Dr. Eudes colocou, porque nem todos os CEPs sabem  
396 disso, que são questões para juntar tudo isso, que é para todos conselheiros terem clareza, do que é  
397 a CONEP, o que é a bioética, e faz mais algumas considerações dos assuntos já discutidos na  
398 reunião. O conselheiro Dimitri sugere um GT para elaborar o manifesto e pergunta e se tem que ser  
399 apresentado, apreciado e deliberado por esse conselho ou ele pode ser criado sem a deliberação  
400 desse espaço? Porque se há uma urgência, uma premência, tem que colocar e votar a criação desse  
401 grupo. A conselheira Cirlene e o conselheiro Walter se colocam à disposição para participar do GT  
402 e o conselheiro Danilo sugere que todos os coordenadores das comissões participem, pois é uma  
403 maneira de contemplar todas as comissões. O conselheiro Padre João, como membro da mesa  
404 diretora sugere assumir o GT e fica resolvido que a mesa vai encaminhar o GT, autorizar e acredita  
405 que os outros membros da mesa também estão de acordo e solicita que a secretaria executiva agenda  
406 uma reunião com a mesa diretora para esse debater essa questão com apoio do Dr. Eudes, ressalta  
407 ainda que todos podem ficar tranquilos, pois com a experiência do Dr. Eudes e do procurador do  
408 Ministério Público, estarão muito bem respaldados para encaminharmos uma posição do CES. Com  
409 a palavra o Dr. Eudes que agradece a atenção e participação de todos e dá por encerrada a reunião.